



Brasil deve dobrar investimentos para zerar déficit em infraestrutura

Tesouro honra R\$ 79,95 mi em dívidas de estados e municípios em agosto

Página 3

BC injeta US\$ 1 bilhão no mercado à vista em meio a saída de dólares

Página 4

Previsão do Tempo

Quarta: Céu nublado com possibilidade de garoa de dia e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

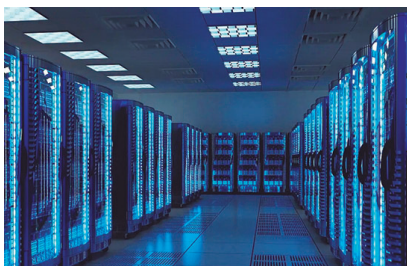
Comercial
Compra: 5,15
Venda: 5,15

Turismo
Compra: 5,17
Venda: 5,35

EURO

Compra: 5,94
Venda: 5,94

Sancionado regime especial para incentivar instalação de datacenters



Foi sancionada na terça-feira (15) a lei que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), voltado a estimular a instalação e a ampliação de centros de processamento de dados no país.

A nova legislação estabelece um regime tributário especial destinado a incentivar investimentos em infraestrutura digital e fortalecer o setor de tecnologia da informação.

A expectativa é de que, com as novas regras, o Brasil fique mais atrativo para projetos ligados à computação em nuvem. Página 3

O Brasil precisa mais que dobrar os investimentos em infraestrutura para reduzir o déficit histórico do setor e se aproximar dos padrões internacionais. É o que aponta o estudo do Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que propõe um novo regime de financiamento para ampliar a partici-

pação do capital privado e sustentar projetos de longo prazo.

Em 2024, foram investidos R\$ 266,8 bilhões em infraestrutura, equivalentes a 2,27% do PIB. Segundo a CNI, o país precisaria elevar esse patamar para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 550 bilhões por ano, e mantê-lo por pelo menos duas décadas. Página 3

SP chega a 36 casos de sarampo em 2026, dos quais 26 não tinham vacinação completa

Página 2

Caixa e bancários retomam negociações nesta quarta (16), mas greve segue sem prazo para terminar

Página 4

PND 2026: participantes farão prova neste domingo em todo o país

Página 6

Esporte

61º Campeonato Brasileiro de Kart tem inscrições abertas para disputa no Speed Park

A Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) anunciou na quinta-feira (10) a abertura das inscrições para a 61ª edição do Campeonato Brasileiro de Kart, que acontecerá entre os dias 16 e 28 de novembro no Speed Park - Kartódromo Internacional de Birigui, em Birigui, no interior de São Paulo.

As inscrições já estão abertas no site da CBA, por meio do link: <https://inscricoes.cba.org.br/pt/competicoes/61o-campeonato-brasileiro-de-kart-2026-61o-campeonato-brasileiro-de-kart-2026>.

O primeiro lote de inscrições com desconto vai até dia 7 de outubro e limite de 72 competidores por categoria. Nas categorias Mini, Cadete e Mirim, o valor da inscrição até esta data

é 2.120 reais e as demais categorias 3.430 reais. Após este prazo, as inscrições poderão ser abertas a critério da CBA, com atualização dos valores, conforme divulgado em regulamento. Nesta edição do Brasileiro, as inscrições serão encerradas impreterivelmente no dia 9 de novembro.

No ato da inscrição, o piloto deverá obrigatoriamente vincular-se à sua equipe, que deverá estar previamente cadastrada por meio do formulário eletrônico da Comissão Nacional de Kart (<https://forms.gle/Yv6ykT2rYDgopS89>).

Para pilotos que participarem de mais de uma categoria será concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) na segunda inscrição e nas demais subsequentes. No entanto, para que o desconto seja concedido, o piloto deverá ter pago a primeira

inscrição, sendo o desconto aplicado automaticamente pelo sistema nas demais.

A 61ª edição do Campeonato Brasileiro de Kart terá 21 títulos em jogo. No Grupo 1, entre os dias 16 e 21 de novembro, acontecerão as categorias com motores 2 tempos: Mini, OKN Júnior, Novatos, OKN, Sênior AM, Sênior Pro, Super Sênior, Grand Super Sênior, Sênior 60+, Shifter Kart Graduados, Shifter Kart Sênior e Shifter Kart Super Sênior.

Já o Grupo 2, de 24 a 28 de novembro, terá as disputadas das categorias 4 tempos: Mirim, Cadete, F4 Júnior, F4 Novatos, F4 Graduados, F4 Sênior, F4 Super Sênior, F4 Grand Super Sênior e F4 Sênior 60+.

Em todas as categorias, serão realizadas tomadas de tempo, baterias classificatórias, Super Classifi-



Inscrições já estão abertas no site da CBA

catória e Final. A disputa acontecerá no traçado de 1.214 metros de extensão, no sentido anti-horário. A programação completa tam-

mento, acesse: <https://cba.org.br/upload/downloads/891/regulamento-geral-61o-campeonato-brasileiro-de-kart-2026.pdf>

Homologado pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA), o Speed Park é um dos melhores e mais seguros kartódromos do país, com excelente infraestrutura para pilotos, equipes, família e público em geral. A pista já recebeu o Brasileiro de Kart nas edições de 2020 e 2024.

Os campeonatos de kart organizados pela Confederação Brasileira de Automobilismo (Copa Brasil e Brasileiro de Kart) têm o patrocínio do Banco BRB, o "Banco Oficial do Automobilismo Brasileiro" e MG Pneus. Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Rolex 6 Horas de São Paulo abre vendas para 2027 com Fan Zone gratuita

As vendas para o Rolex 6 Horas de São Paulo 2027 serão abertas nesta terça-feira, 15 de setembro, com ingressos do primeiro lote a partir de R\$ 110. A próxima edição da etapa brasileira do FIA World Endurance Championship (WEC) acontece de 9 a 11 de julho de 2027, no Autódromo de Interlagos.

A abertura das vendas chega acompanhada de novidades importantes para a experiência do público. Em 2027, todos os compradores de ingressos terão acesso gratuito à Fan Zone, que terá programação durante os três dias de evento. A organização também anuncia a renovação da parceria com a 89 FM - A Rádio Rock, que ficará

responsável pela curadoria do line-up musical da Fan Zone.

A programação de 2027 terá uma presença ainda maior do rock e do pop rock, atendendo a um dos pedidos recorrentes do público, sem deixar de lado as atrações destinadas às famílias e às crianças.

"Para 2027, já estamos trabalhando para entregar uma experiência ainda melhor ao nosso público. Ouvimos muito o que as pessoas nos disseram nas últimas edições e entendemos que havia um desejo muito forte por uma presença maior do rock e do pop rock na programação. A renovação da parceria com a 89 FM e a participação da rádio na curadoria do line-up vêm justamente ao encontro desse pedido. Mas as 6

Horas de São Paulo são também um evento para as famílias. Temos cada vez mais crianças em Interlagos e queremos que elas tenham uma experiência pensada especialmente para elas. Por isso, além do rock e do pop rock, vamos continuar tendo shows e atrações para os pequenos e uma Fan Zone preparada para receber toda a família", afirma Aline Vilatte, Diretora Geral, do FIA WEC Rolex 6 Horas de São Paulo.

"Como a maior rádio rock do mundo, a 89 tem o compromisso de estar onde o rock acontece, e ele acontece em Interlagos. Assim, a curadoria musical dos palcos da FIA WEC Rolex 6 Horas de São Paulo é unir duas paixões que sempre andaram juntas e entregar

ao público uma experiência completa, dentro e fora da pista", afirma Junior Camargo - Diretor Proprietário da 89 FM a Rádio Rock..

Fan Zone gratuita e experiência para toda a família

A Fan Zone continuará sendo um dos principais pontos de encontro do Rolex 6 Horas de São Paulo, mas em 2027 seu acesso estará incluído gratuitamente em todos os ingressos do evento.

Além do palco e da programação musical, o espaço contará com roda-gigante, área kids, fraldário, Game Zone, Futuroscópio, área de alimentação, ativações e experiências para os fãs, além de outras novidades que serão anunciadas nos próximos meses.

A proposta é oferecer uma programação que acompanhe os três dias de evento e amplie a experiência para além da competição na pista, com opções para fãs de automobilismo, grupos de amigos e famílias com crianças.

Arquibancadas cobertas passam a ter preço unificado

Outra novidade para 2027 será a nova política de preços das arquibancadas cobertas. Como parte da estratégia de aproximar cada vez mais a experiência brasileira do espírito das grandes provas de endurance e das 24 Horas de Le Mans, a organização decidiu unificar os valores das arquibancadas B, M, Pit Stop e D.

Assim, independentemente

do setor coberto escolhido, o público pagará o mesmo valor e poderá decidir onde preferir acompanhar a corrida principalmente pela localização, visão de pista e experiência oferecida por cada arquibancada.

Os valores serão de R\$ 200 na sexta-feira, R\$ 380 no sábado e R\$ 660 no domingo, ou R\$ 806 pelo pacote para os três dias.

A Arquibancada A, descoberta, mantém uma tarifa mais acessível, com ingressos a partir de R\$ 110 e pacote para os três dias por R\$ 371.

Há meia-entrada nas arquibancadas conforme a legislação vigente, com valores a partir de R\$ 55 na Arquibancada A e R\$ 100 nas arquibancadas cobertas.

Capital já registra setembro mais chuvoso da história desde 1943

A cidade de São Paulo registrou, nos primeiros 14 dias do mês, o setembro mais chuvoso desde o início da série histórica, em 1943. De acordo com dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o acumulado de chuva no Mirante de Santana, na zona norte da capital, chegou a 253,8 milímetros na segunda-feira (14).

O volume é três vezes superior à média climatológica para todo o mês de setembro, de 83,3 milímetros. O dado é parcial, já que considera o período entre o 1º de setembro até as 9h de hoje.

Com o novo acumulado, 2026 ultrapassou o recorde anterior para setembro, registrado em 1983, quando o Mirante de San-

tana contabilizou 243,1 milímetros. Na sequência aparecem os anos de 1993, com 206,7 mm; 2015, com 201,7 mm; e 1957, com 197,2 mm.

“Como setembro ainda está em andamento e há previsão de novos episódios de chuva nos próximos dias, o acumulado mensal poderá aumentar até o fim do período, ampliando o atual recorde”, afirma o meteorologista da Defesa Civil do Estado de São Paulo, William Minhoto.

Desde sexta-feira (11), o Gabinete de Crise está mobilizado na sede da Defesa Civil, no formato presencial, monitorando a situação em todo o estado. O gabinete é composto por representantes do Governo de São



O volume é três vezes superior à média climatológica para todo o mês de setembro, de 83,3 milímetros

Paulo, das concessionárias de energia, água e gás, do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), das agências reguladoras do estado (Artesp, SP Águas e Artesp), do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária do estado. O Mirante de Santana é uma

das estações meteorológicas utilizadas para o acompanhamento das condições do tempo na capital paulista.

Chuva acima da média em outras regiões

Os elevados volumes de chu-

va registrados neste mês nas estações meteorológicas também atingem outras regiões do estado. Destaque para a região de Campinas, entre o dia 1º e 13 de setembro, choveu 257,2 mm. O volume é equivalente a 3,1 vezes a média mensal de setembro, de 83,7 mm. O acumulado de 2026 já é o maior para setembro desde o início da série histórica, em 1961. O recorde anterior era de 183,3 mm, registrado em 1976.

Em Registro, foram contabilizados 185,3 mm até o dia 13, praticamente duas vezes a média climatológica do mês, de 93,6 mm. O volume coloca setembro de 2026 como o terceiro mais chuvoso da série histórica iniciada em 1961.

Em São José dos Campos, o acumulado chegou a 161 mm, equivalente a 2,1 vezes a média mensal de 76 mm. O volume é o terceiro maior registrado para setembro desde o início da série histórica, em 1977.

Na Baixada Santista, foram registrados 237,7 mm, cerca de 1,8 vez a média climatológica de setembro, de 128,4 mm. Já na região de Bauri, o acumulado alcançou 118,8 mm, aproximadamente 1,9 vez a média mensal de 62,8 mm.

Os valores são parciais e podem aumentar até o fim de setembro.

Previsão para todo o estado

Nesta quarta-feira (16), o sistema responsável pelas instabilidades já estará afastado do estado. Na faixa leste, no entanto, a circulação marítima continuará favorecendo chuva fraca e persistente. As temperaturas permanecerão mais amenas. Mesmo com a redução das instabilidades, a atenção continua para os impactos das chuvas dos últimos dias. Com o solo encharcado, persiste o risco de alagamentos, enxurradas e deslizamentos, principalmente em áreas mais vulneráveis. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Alguns vereadores(as) estão preocupados com as acusações [no plenário do Supremo] via caso Mendonça versus Alexandre / banco Master. A degradação [pelos usos políticos] na Justiça brasileira está na imprensa mundial ...

PREFEITURA (São Paulo)

O prefeito Ricardo Nunes está preocupado com as acusações [no plenário do Supremo] via caso Mendonça versus Alexandre / banco Master. A degradação [pelos usos políticos] na Justiça brasileira está na imprensa mundial ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Alguns deputados(as) estão preocupados com as acusações [no plenário do Supremo] via caso Mendonça versus Alexandre / banco Master. A degradação [pelos usos políticos] na Justiça brasileira está na imprensa mundial ...

GOVERNO (São Paulo)

O governador Tarcísio está preocupado com as acusações [no plenário do Supremo] via caso Mendonça versus Alexandre / banco Master. A degradação [pelos usos políticos] na Justiça brasileira está na imprensa mundial ...

CONGRESSO (Brasil)

Alguns senadores(as) e deputados(as) estão preocupados com as acusações [no plenário do Supremo] via caso Mendonça versus Alexandre / banco Master. A degradação [pelos usos políticos] na Justiça brasileira está na imprensa mundial ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O presidente Lula é um dos mais preocupados com as acusações [no plenário do Supremo] via caso Mendonça versus Alexandre / banco Master. A degradação [pelos usos políticos] na Justiça brasileira está na imprensa mundial ...

PARTIDOS (Brasil)

Dirigentes das atuais 30 legendas estão preocupados(as) com as acusações [no plenário do Supremo] via caso Mendonça versus Alexandre / banco Master. A degradação [pelos usos políticos] na Justiça brasileira está na imprensa mundial ...

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X@cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “mas ele disse:— Não se assustem! Sei que vocês estão procurando Jesus de Nazaré, que foi crucificado; mas ele não está aqui, pois já foi ressuscitado. Vejam o lugar onde ele foi posto.” Marcos 16,6

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP chega a 36 casos de sarampo em 2026, dos quais 26 não tinham vacinação completa

O estado de São Paulo registra 36 casos de sarampo em 2026, segundo atualização da SSES-SP (Secretaria de Estado da Saúde) da terça-feira (15). Até a última sexta-feira (15) eram 32.

Dos quatro novos registros, três são de moradores da cidade de São Paulo: dois meninos menores de 2 anos, ambos com esquema vacinal incompleto, e uma mulher de 24 anos, com histórico de vacinação.

O quarto caso é de um homem de 36 anos, morador de Santo André, também com histórico de vacinação. É o primeiro registro da doença no município, localizado no ABC, neste ano.

Durante todo o ano passado foram registrados dois casos no território paulista.

Com os novos casos, a capital concentra 32 das ocorrências no estado. São Bernardo do Campo tem dois registros, enquanto Guarulhos e Santo André têm um caso cada um.

Do total, 26 pacientes não

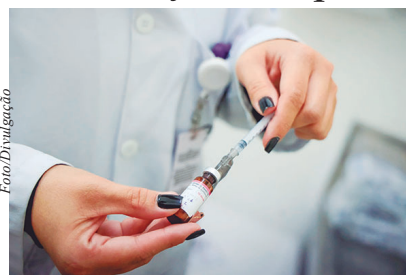
tinham registro de vacinação contra o sarampo ou estavam com esquema vacinal incompleto.

O sarampo é uma doença viral altamente transmissível, que pode provocar febre, manchas vermelhas na pele, tosse, coriza e conjuntivite. A transmissão ocorre principalmente por meio de secreções respiratórias de pessoas infectadas.

A imunização é a principal forma de prevenção. A vacina tripla viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, está disponível em todas as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) do estado.

Na última quarta (9), a vacinação indiscriminada contra o sarampo de pessoas com idades entre 6 meses e 59 anos foi retomada em São Paulo nos distritos de Vila Maria, Vila Medeiros e Vila Guilherme, todos na zona norte da cidade.

O Ministério da Saúde recomenda duas doses: a primeira aos



12 meses, com a vacina tripla viral (sarampo, caxumba e rubéola), e a segunda aos 15 meses, com a tetraval (que inclui proteção contra varicela).

Pessoas de 1 a 29 anos devem ter duas doses da tripla viral, enquanto adultos de 30 a 59 anos devem ter pelo menos uma. Profissionais de saúde precisam comprovar duas doses independentemente da idade.

Na capital paulista, os imunizados estão disponíveis em todas as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e AMAs/UBSs Integradas, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados nas AMAs/UBSs Integradas, no mesmo horário.

Os municípios podem consultar a unidade mais próxima de sua residência por meio da plataforma Busca Saúde. (Folhapress)

Estudantes de fora da rede estadual de SP podem se matricular para 2027 até sexta-feira (18)

As 5.000 escolas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) recebem até a próxima sexta-feira (18) as matrículas para o ano letivo de 2027. O cadastro pode ser feito pela internet, nas unidades do Poupatempo ou nas próprias escolas. Os 3 milhões de alunos que já estão na rede têm vaga garantida para o ano que vem e não precisam se matricular novamente.

As matrículas para novos estudantes são voltadas para quem, neste momento, não frequenta a rede estadual (matriculados nas redes particulares ou que vêm de outros estados) ou que interromperam por algum período os estudos e querem dar continuidade do próximo ano letivo.

Itinerários formativos

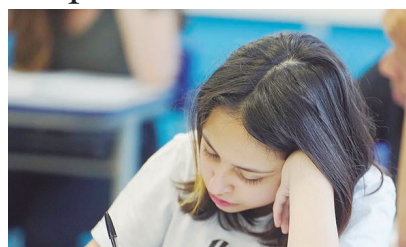
Os cerca de 400 mil estudantes que estão matriculados na 1ª série do Ensino Médio neste ano têm até o dia 25 de setembro para registrarem suas escolhas pelos itinerários formativos. Neste ano, a escolha é feita na Sala do Futuro. Cada aluno deve registrar até quatro formações para a conclusão do Ensino Médio: Exatas, Humanas e Ensino Médio Técnico, dentre os cursos disponíveis.

No processo de escolha, o estudante pode registrar, por exemplo, as opções: itinerário de Humanas; curso técnico de administração; curso técnico de meio ambiente; e itinerário de Exatas.

É preciso, obrigatoriamente, que entre as escolhas, o estudante registre ao menos uma opção por itinerário de Exatas ou Humanas.

Matrículas para 2027

A pré-matricula pode ser registrada on-line no site da Secretaria Escolar Digital (https://sed.educacao.sp.gov.br/), na aba “inscrição para rede pública”.



Na rede estadual paulista, há vagas nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (a partir do 6º ano do Fundamental).

Para isso, selecione o ano letivo (2027) e preencha os espaços com nome e e-mail. Para o cadastro presencial, há duas opções: em uma das 5.000 escolas da rede estadual ou nos postos de atendimento do Poupatempo.

Seja on-line ou presencial, é recomendado apresentar na inscrição documento de identidade e comprovantes de residência e escolaridade. Para alunos menores de 18 anos de idade, o cadastro deve ser realizado por pais ou responsáveis. Os estudantes serão alocados em unidades mais próximas ao endereço residencial registrado. O resultado final será divulgado em janeiro de 2027.

Na rede estadual paulista, há vagas nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (a partir do 6º ano do Fundamental).

A Secretaria da Educação conta com escolas:

Com horário parcial, com aulas em apenas um período; De tempo integral, com jornadas de 7h ou 9h diárias; e EJA no modelo presencial e flexível.

Matrícula automática para estudantes da rede estadual

Os estudantes que, em 2026, já estão matriculados na rede estadual têm vaga garantida para o próximo ano letivo. A pré-matricula é automática e não há necessidade de confirmação.

O cadastro é indicado, no entanto, aos estudantes com interesse em mudar de unidade de ensino em 2027. As inscrições de transferência por alteração de endereço ou por preferência de escola específica devem ser solicitadas no mesmo período da matrícula externa (1º a 18 de setembro) no site da Secretaria Escolar Digital ou em uma escola da rede estadual.

Estudantes vindos das redes municipais paulistas

Pais e responsáveis de alunos que hoje estão em unidades das redes municipais paulistas e vão dar continuidade ao próximo ciclo em uma escola estadual também podem consultar a efetivação da pré-matricula na rede Seduc-SP. É o caso de crianças que estão hoje no 5º ano e vão para o 6º ano do Fundamental, mas a atual unidade não oferece

a etapa dos anos finais. Ou aqueles que estão no 9º ano do Fundamental e querem ingressar na 1ª série do Ensino Médio. A consulta pode ser feita de três maneiras: no site da Secretaria Escolar Digital, em uma escola estadual ou nos postos do Poupatempo. Caso a alocação automática a uma escola mais próxima do endereço residencial não tenha sido realizada e a pré-matricula não esteja ativa, é possível indicar três unidades de preferência. Para isso, é preciso comparecer a uma escola estadual e fazer o registro.

Educação de Jovens e Adultos regular e flexível

Quem deseja retomar os estudos, a Seduc-SP oferece algumas opções. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) de presença regular é organizada por termos e dividida por semestres. Na rede estadual, há classes a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Para esse ciclo, a idade mínima do estudante é de 15 anos completos.

Para o Ensino Médio, além do formato de presença regular diária, 140 escolas distribuídas na capital, região metropolitana, interior e litoral contam com turmas de presença flexível no período noturno. O modelo permite ao estudante, a partir dos 18 anos de idade, estruturar o percurso formativo de maneira personalizada.

Além do Ensino Médio, há oferta dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) em parte dessas unidades. Nas duas etapas, os interessados podem optar pelo aproveitamento de estudos anteriores, devidamente comprovados. Na ausência de documentos, como o histórico escolar, a escola deve aplicar avaliações diagnósticas para identificar o nível de conhecimento do estudante. (Governo de SP)

Brasil deve dobrar investimentos para zerar déficit em infraestrutura

O Brasil precisa mais que dobrar os investimentos em infraestrutura para reduzir o déficit histórico do setor e se aproximar dos padrões internacionais. É o que aponta o estudo Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que propõe um novo regime de financiamento para ampliar a participação do capital privado e sustentar projetos de longo prazo.

Em 2024, foram investidos R\$ 266,8 bilhões em infraestrutura, equivalentes a 2,27% do PIB. Segundo a CNI, o país precisaria elevar esse patamar para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 550 bilhões por ano, e mantê-lo por pelo

menos duas décadas.

Do total investido em 2024: R\$ 188,1 bilhões (70,5%) vieram do setor privado; R\$ 78,6 bilhões foram investimentos públicos; Estados e municípios responderam pela maior parte dos aportes públicos.

Novo modelo

Para a CNI, nenhuma fonte de recursos, isoladamente, é capaz de atender às necessidades do país. O novo regime deveria combinar recursos públicos e privados, ampliar o mercado de capitais e criar condições para investimentos de longo prazo.

Em nota, o presidente da CNI, Ricardo Alban, defende estabilidade econômica e institucional



para atrair capital.

"O Brasil precisa de responsabilidade fiscal, instituições sólidas e segurança jurídica para criar condições de mobilizar mais recursos privados para o setor de

infraestrutura, sem abrir mão do papel estratégico dos investimentos públicos", ressalta.

Alban também defende uma estratégia de Estado para garantir continuidade aos projetos.

Segundo ele, a modernização da infraestrutura demanda esforço contínuo, sistemático e de longo prazo, com uma política de Estado, conduzida por diversos governos.

Fontes privadas

O estudo mostra uma mudança na composição do financiamento da infraestrutura de 2010 a 2024. Em valores atualizados para 2024, as fontes privadas passaram de uma média de R\$ 88,6 bilhões no período de 2010 a 2014 para R\$ 184,5 bilhões em 2024.

No mesmo intervalo, os recursos públicos recuaram de R\$ 208,5 bilhões para R\$ 107 bilhões. As instituições multilaterais responderam por R\$ 8,4 bilhões em 2024.

Na última década, houve uma mudança estrutural no financiamento da infraestrutura brasileira. A participação das fontes privadas passou de 29,3%, entre 2010 e 2014, para 61,5% em 2024.

A CNI aponta que o novo regime deve incluir: estabilidade macroeconômica e fiscal, para reduzir riscos e o custo do capital; fortalecimento do mercado de capitais, com mais investidores institucionais; expansão do crédito privado, com modelos que distribuam riscos de forma mais eficiente; carteira maior de projetos estruturados para concessões e parcerias; segurança jurídica e previsibilidade regulatória; e autonomia técnica das agências reguladoras.

O estudo também destaca o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras instituições públicas de desenvolvimento na redução de riscos, estruturação de projetos e mobilização de capital privado.

Lições externas

A análise reúne experiências de Reino Unido, Chile, Austrália, México, Espanha, Índia e França. Apesar das diferenças entre os modelos, a CNI identifica fatores comuns nos países que conseguiram ampliar a capacidade de financiamento da infraestrutura: estabilidade econômica, instituições confiáveis, previsibilidade regulatória, mercado de capitais desenvolvido e instrumentos de longo prazo.

Segundo a CNI, os recursos públicos devem atuar de forma estratégica para atrair investimentos privados. Pela sugestão da entidade, o investimento público continuará sendo fundamental, mas o país precisa avançar para um modelo em que esses recursos tenham maior capacidade de mobilizar capital privado. (Agência Brasil)

Vendas no comércio caem 0,8% em julho, com "ressaca" da Copa do Mundo

O comércio varejista brasileiro recuou 0,8% na passagem de junho para julho, influenciado por uma espécie de "ressaca" da Copa do Mundo. O resultado faz com que o desempenho acumulado do setor no período de 12 meses descaísse para 1,6%.

A média móvel trimestral, que suaviza oscilações pontuais e reflete a tendência recente, aponta variação negativa de 0,1%.

No acumulado de 12 meses, o setor avança 1,8%, e em 12 meses, 1,2%. Os números indicam desaceleração, uma vez que, em março, o acumulado de 12 meses era 2,3%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada na terça-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado de julho coloca o

comércio brasileiro 10,6% acima do nível pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 1,5% abaixo do maior patamar já registrado, alcançado em março de 2026.

De acordo com o analista da pesquisa, Cristiano Santos, o comércio está em patamar equivalente a dezembro de 2025.

O levantamento mostra que das oito atividades pesquisadas pelo IBGE, cinco apresentaram retração na passagem de junho para julho.

Veja o comportamento dos grupos de atividades: móveis e eletrodomésticos: -4,9%; livros, jornais, revistas e papeleria: -4,2%; tecidos, vestuário e calçados: -2,7%; outros artigos de uso pessoal e doméstico: -2,2%; hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo: -0,2%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria: 0,6%; equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: 0,6%; combustíveis e lubrificantes: 0,3%.

Cristiano Santos explica que a queda de eletrodomésticos, revistas e papeleria, e vestuário têm relação com a Copa do Mundo, ocorrida em junho e julho, uma vez que venda de itens como TVs e álbuns de figurinha tiveram crescimento nos meses anteriores à copa, aumentando a base de comparação de julho.

"É como se as pessoas tivessem concentrado a capacidade de consumo desses produtos que têm a ver com a copa principalmente em maio", já em 12 meses, a venda de móveis e eletrodomésticos avançou 3,9%.

"Todo mundo que iria com-

prar uma televisão, aproveitou que teria Copa e comprou em maio", exemplifica Santos.

No comércio varejista ampliado, que inclui atividades de atacado — veículos, motos, partes e peças; material de construção; e produtos alimentícios, bebidas e fumo — o indicador subiu 0,4% de junho para julho e marca variação positiva de 1,2% no acumulado de 12 meses.

Conjuntura da economia

A Pesquisa Mensal de Comércio é a terceira de três levantamentos conjunturais divulgados mensalmente pelo IBGE. Nos últimos dias o instituto revelou que o setor de serviços ficou estável no mês (variação nula, 0%) e alta de 2,4% em 12 meses. Já a indústria cresceu 0,2% no mês e 0,6% em 12 meses. (Agência Brasil)

Sancionado regime especial para incentivar instalação de datacenters

Foi sancionada na terça-feira (15) a lei que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), voltado a estimular a instalação e a ampliação de centros de processamento de dados no país.

A nova legislação estabelece um regime tributário especial destinado a incentivar investimentos em infraestrutura digital e fortalecer o setor de tecnologia da informação.

A expectativa é de que, com as novas regras, o Brasil fique mais atrativo para projetos ligados à computação em nuvem, inteligência artificial, armazenamento e processamento de dados, bem como para outras atividades que demandam grande capacidade computacional.

Pelo texto sancionado, empresas que implantarem ou ampliarem datacenters em território nacional poderão ter acesso a benefícios fiscais, desde que cumpram os requisitos e as contrapartidas estabelecidas na legislação e em futura regulamentação do Poder Executivo.

Fornecedores de equipamentos e produtos de tecnologia vinculados aos empreendimentos habilitados ao re-

gime também poderão ser contemplados.

Sustentabilidade e desenvolvimento

A lei associa os incentivos à adoção de critérios de sustentabilidade, incluindo o uso de fontes renováveis de energia. Além disso, prevê a destinação de recursos para programas de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico, com atenção especial às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As novas regras têm, também, o objetivo de tornar o país mais competitivo na disputa por investimentos em infraestrutura digital, um mercado em expansão impulsionado pelo crescimento da inteligência artificial, dos serviços em nuvem e da economia baseada em dados.

Embora a lei já tenha sido sancionada, parte das regras do Redata ainda dependerá de regulamentação para definir procedimentos de habilitação das empresas, critérios técnicos e outras condições necessárias para a utilização efetiva dos benefícios tributários previstos no novo regime. (Agência Brasil)

Bets reduzem consumo e atividade econômica, diz pesquisa da USP

Um estudo feito pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP), revelou que as apostas, conhecidas popularmente como bets, reduziram o consumo e retiraram da atividade econômica entre R\$ 120 bilhões e R\$ 141 bilhões, o que equivale a 0,9% a 1,1% do PIB - Produto Interno Bruto, no ano de 2025.

"Para dimensionar essa magnitude, a perda estimada corresponde a algo entre 40% e 50% de todo o crescimento da economia em 2025 e é cerca de cinco vezes maior que estimativas do impacto do tarifaço americano sobre o PIB brasileiro. Mesmo levando em conta as estimativas dos empregos diretos e indiretos criados associ-

ados às bets, o quadro praticamente não muda", conclui a pesquisa. Os pesquisadores consideram que se o saldo do crédito para pessoa física subiu cerca de R\$ 450 bilhões e a transferência líquida de R\$ 62,5 bilhões tivesse sido financiada por novo crédito, o que é visto como uma hipótese extrema, isso corresponderia a cerca de 14% do aumento do endividamento das famílias em 2025.

Segundo a pesquisa é possível também que as bets tenham causado efeito negativo na distribuição de renda. Levando em conta que o 1% da população mais rica fica com cerca de 24% de toda a renda do país, essa transferência de dinheiro das famílias para as bets aumentou a concentração de renda dessa minoria do topo, entre 0,5% e 2,1%, dependendo de quem recebe os

lucros das casas de aposta. "No primeiro caso, apenas retiramos os R\$ 62,5 bilhões da renda dos 99% da base, enquanto no segundo adicionamos esse valor para o 1% mais rico. Mesmo no caso mais conservador, é um efeito significativo em um país em que a concentração de renda já é extremamente elevada", dizem os pesquisadores.

A pesquisa concluiu que, do ponto de vista econômico, o problema das apostas não se limita aos efeitos individuais, mas também tem consequências macroeconômicas, pois ao retirar renda das famílias, principalmente as de menor renda, as bets podem aumentar a desigualdade, reduzir a demanda e afetar o PIB de maneira relevante, além de reduzir a arrecadação fiscal e refletirem nas contas públicas. (Agência Brasil)

Conselho regulamenta crédito para taxistas e motoristas de aplicativo

O Conselho Monetário Nacional (CMN) atualizou a regulamentação das linhas de crédito destinadas à compra de veículos novos por taxistas e motoristas de aplicativo. A mudança adequa as regras à Lei 15.503/2026, sancionada na segunda-feira (14), e garante a continuidade do programa Move Brasil, sem alterar as principais condições financeiras dos financiamentos.

A nova resolução substitui referências que ainda estavam vinculadas a medidas provisórias já revogadas e elimina o prazo de 120 dias que limitava a contratação das operações. Com isso, os financiamentos poderão continuar sendo contratados dentro do limite total de R\$ 30 bilhões, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.

Condições mantidas

A atualização preserva as principais condições oferecidas pelo programa. Entre elas estão: Juros sobre os recursos: 2,5% ao ano; Taxa para mulheres: 1,5% ao ano nas aquisições realizadas por mulheres; Remuneração do BNDES: até 1,25% ao ano; Remuneração das instituições fi-

nanceiras: até 8,5% ao ano; Prazo máximo: 84 meses; Carência: até seis meses para o pagamento do principal; Valor máximo do limite financiado: R\$ 200 mil; Limite do programa: R\$ 30 bilhões.

As operações continuam sendo realizadas por instituições financeiras habilitadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Prazo deixa de valer

Uma das principais mudanças está relacionada ao prazo para contratação dos financiamentos.

A Medida Provisória 1.359/2026, que instituiu o Move Brasil, estabelecia um período de 120 dias para a realização das operações. Como esse prazo venceria na primeira quinzena de setembro, a regulamentação precisou ser ajustada após a aprovação da Lei 15.503/2026.

A nova lei não manteve a limitação de 120 dias. Por isso, o CMN retirou da regulamentação o dispositivo que vinculava as contratações a esse prazo.

Na prática, a alteração evita uma interrupção do programa e

permite a continuidade das operações dentro do limite financeiro autorizado.

Custos entram no crédito

A nova regulamentação também deixa explícito que o financiamento pode incluir despesas relacionadas à constituição, ao registro e à averbação da alienação fiduciária.

Isso inclui, por exemplo, emolumentos cartórios, que são as taxas cobradas pelos cartórios para realizar determinados registros.

A inclusão desses custos reduz o valor que o trabalhador precisa desembolsar no início da contratação e pode facilitar o acesso ao financiamento, principalmente para profissionais com menor capacidade de poupança.

Quem pode financiar

O programa continua destinado a profissionais que trabalham com transporte remunerado individual de passageiros. São contemplados:

motoristas de aplicativo; taxistas; cooperativas de taxistas. Para motoristas de aplicativo, uma das regras também foi alterada: o período mínimo de cadas-

tro na plataforma de intermediação do serviço caiu de um ano para seis meses.

Além disso, permanece a possibilidade de destinar até 10% do valor total financiado à aquisição de itens de segurança voltados às necessidades de mulheres que trabalham no transporte de passageiros.

Base legal atualizada

A mudança ocorre porque a Lei 15.503/2026 consolidou medidas que anteriormente estavam previstas nas Medidas Provisórias 1.359, 1.363 e 1.366, todas de 2026.

Com a nova lei, ela passa a ser a base legal das linhas de financiamento destinadas à compra de veículos novos por esses profissionais. A atualização feita pelo CMN busca dar segurança jurídica ao programa e evitar que sua regulamentação continue fazendo referência a uma medida provisória que deixou de vigorar.

O CMN é formado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, que preside o órgão; pelo presidente do Banco Central, Gabriel Galipoli; e pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. (Agência Brasil)

Tesouro honra R\$ 79,95 mi em dívidas de estados e municípios em agosto

A União pagou, em agosto, R\$ 79,95 milhões em dívidas de estados e municípios, na condição de garantidora de operações de crédito contratadas pelos entes subnacionais. Com isso, o valor desembolsado pelo Tesouro Nacional para cobrir parcelas não quitadas pelos devedores chegou a R\$ 3,13 bilhões no acumulado de 2026.

Os dados constam do Relatório Mensal de Garantias Honoradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias (RCMGH), divulgado na terça-feira (15) pelo Tesouro Nacional.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,6 bilhões para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios. No mesmo período, recuperou R\$ 6,06 bilhões por meio da execução de contragarantias. Somente em agosto deste ano,

foram recuperados R\$ 70 mil.

Segundo o Tesouro Nacional, o principal fator que explica o baixo volume de recursos recuperados é a participação de diversos estados no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mecanismo que prevê a suspensão temporária da execução das contragarantias.

De acordo com o órgão, cerca de R\$ 79,85 bilhões das garantias honoradas desde 2016 referem-se a estados que participam ou participaram do regime. Além disso, há R\$ 1,90 bilhão relacionado à compensação por perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) decorrentes da Lei Complementar nº 194/2022.

Outros R\$ 522,39 milhões não podem ser recuperados em razão de decisões judiciais que impedem a execução das contragarantias. (Agência Brasil)

Falta de reformas em suas regras pode custar 5% do PIB global até 2050

Sem uma reforma nas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), a entidade perderá a capacidade de conter a fragmentação comercial já em curso, a um custo elevado: nesse cenário, o PIB (Produto Interno Bruto) global cairia cerca de 5% e as exportações tombariam quase 20% até 2050.

Esse é o alerta do relatório World Trade Report 2026, principal publicação anual de pesquisa e análise econômica da organização, divulgado na terça (15).

Nos últimos anos, líderes da

OMC vêm defendendo a modernização do seu arcabouço regulatório de três décadas, com o objetivo de evitar a obsolescência da instituição diante do avanço do protecionismo e da ascensão do comércio digital.

Agora, a entidade calcula o custo da não-realização de reformas, destacando que a globalização enfrenta hoje a mais grave onda de desafios desde a Segunda Guerra Mundial, com a escalada das tarifas e o avanço de subsídios estatais.

Há quatro anos, 80% do co-

mércio global obedecia ao princípio da nação mais favorecida (NMF), mecanismo pelo qual eventuais vantagens comerciais que um país confere a outro devem ser estendidas aos demais parceiros. Esse percentual se reduziu a 72% hoje.

Se a OMC não se fortalecer, diz o relatório, o cenário atual tende a se intensificar, com os governos voltando a elevar barreiras alfandegárias de forma descoordenada e a multiplicar exigências regulatórias, o que reduz o comércio e impacta a atividade.

Caso isso aconteça, enquanto no mundo todo os impactos negativos sobre o PIB e as exportações seriam de 5,1% e 18,6%, respectivamente, no caso dos países mais pobres o efeito sobre a atividade econômica seria três vezes maior, segundo os cálculos.

Em um cenário ainda mais extremo, em que a OMC não existisse e houvesse apenas acordos bilaterais e regionais de livre comércio, o impacto no PIB global até 2050 seria de 6,9%, e as exportações cairiam 26,9%, segundo os pesquisadores.

Por outro lado, em um mundo de cooperação comercial reforçada, o impacto positivo seria de 2,9% do PIB e de uma alta de 17,9% nas exportações mundiais até 2050.

"A diferença entre um futuro de cooperação multilateral reforçada e um futuro de erosão do

sistema de comércio pode chegar a até 10 pontos percentuais do PIB real global [diferença entre o pior e o melhor cenário]. Se o estado atual das coisas é insustentável, como acreditam muitos membros, isso ilustra o custo potencial da inação em matéria de reformas", afirmou o economista-chefe da OMC, Robert Staiger.

Uma das questões que devem ser avaliadas pelos países-membros, diz o relatório, é a dificuldade de se obter o consenso de todos os 166 membros para novos tratados amplos. Uma possibilidade na mesa, afirma a entidade, é a ampliação das negociações plurilaterais, em que mudanças são debatidas por grupos de países interessados nos mesmos temas.

A organização ainda aponta como desafio a necessidade de países emergentes assumirem compromissos de abertura proporcionais ao seu peso crescente no comércio global, sem perder de vista a dimensão do seu desenvolvimento.

Outro ponto para avaliação, segundo o relatório, é a restauração de um sistema de solução de disputas que conte com uma instância recursiva eficaz, como forma de superar a paralisação do órgão de apelação da OMC, sem funcionar desde 2019 após os Estados Unidos bloquearem a nomeação de novos juizes.

Um problema adicional que deve ser endereçado, de acordo com a entidade, é a moderniza-

ção dos acordos sobre subsídios e a possibilidade de estabelecer critérios mais claros e transparentes que diferenciem políticas legítimas, como a descarbonização, de incentivos que distorcem a concorrência internacional.

Segundo a OMC, há quatro grandes desafios atuais ao sistema de comércio multilateral.

Um deles é o que a entidade chama de dispersão do poder econômico. Desde a criação da organização, na década de 1990, os países em desenvolvimento quase dobraram sua participação no comércio internacional e hoje respondem por 45% do comércio de bens.

Essa mudança de forças gerou um descompasso com os compromissos tarifários antigos: enquanto potências ricas já quase não têm mais tarifas para cortar como moeda de troca, emergentes mantêm tetos tarifários mais altos, o que torna novas negociações mais difíceis e complexas.

"Muitas das pressões que o sistema multilateral de comércio enfrenta hoje são, em parte, consequências do próprio sucesso do sistema. Esse sucesso sugere que seus princípios fundamentais são sólidos, mas sua aplicação precisa se adaptar ao mundo que eles próprios ajudaram a criar", afirmou Staiger.

Outro desafio é que o avanço de políticas industriais, aportes bilionários de dinheiro público e o papel de empresas esta-

tais voltaram ao centro da economia global. Essa proliferação de subsídios acirra a percepção de concorrência desleal e cria o desafio de fazer modelos econômicos distintos conviverem sob o mesmo conjunto de regras sem recorrer a barreiras.

O estudo aponta ainda que a forma de fazer negócios mudou com o avanço das cadeias globais de suprimentos e das trocas digitais, que saltaram 10% apenas em 2025. Ao contrário das mercadorias físicas, o comércio moderno e digital é travado por regras internas de cada país, para as quais as normas tradicionais da OMC não foram originalmente desenhadas.

Por fim, a rivalidade entre grandes potências abalou a confiança na interdependência econômica global. Preocupações com segurança nacional, domínio tecnológico e concentração produtiva levaram governos a restringir exportações e a priorizar acordos com aliados, enfraquecendo a cooperação multilateral e elevando o risco de fragmentação do mercado em blocos rivais.

"O relatório não é um argumento para preservar o sistema multilateral inalterado. Tampouco é um argumento de que a lógica fundadora do sistema se tornou obsoleta. É um argumento a favor da adaptação: consertar o que está quebrado, atualizar o que está desatualizado e preservar o que funciona", disse Staiger. (Folhapress)

Caixa e bancários retomam negociações nesta quarta (16), mas greve segue sem prazo para terminar

A Caixa Econômica Federal e os bancários retomam nesta quarta-feira (16) as negociações que podem colocar fim à greve nacional da categoria, iniciada no dia 10. Enquanto isso, a paralisação segue por tempo indeterminado.

O principal impasse entre os bancários e o banco público é o plano de saúde. A Caixa fez nova proposta na semana passada, rejeitada por maioria, em assembleia que terminou às 23h da sexta (11). O banco havia ameaçado ir à Justiça por dissídio coletivo, mas desistiu.

Em nota, a instituição diz que "por acreditar que o diálogo é o melhor caminho para a construção de acordos, reabriu a mesa de negociação" e busca "solução que preserve os interesses dos empregados, da instituição, dos clientes e da sociedade".

Ao todo, já foram realizadas 54 sessões de negociações.

Entre os itens oferecidos pelo banco na proposta da semana passada estão prêmio de reconhecimento no valor de R\$ 3.000 por funcionário, pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) na sexta-feira (18) e ampliação do teto de custeio do Saúde Caixa de 6,5% para 8%.

No plano de saúde, os bancários pagariam percentual sobre o salário-base, que vai de 2,30% até 4,10%, conforme a idade, e valor por dependente de R\$ 480 a R\$ 660, também conforme a idade. A categoria não aceita.

A Caixa também propôs antecipar sua parcela da 13ª mensalidade do plano de saúde de 2028, 2029 e 2030 para cobrir o

deficit do Saúde Caixa. Os bancários querem o fim da 13ª parcela, porque eles também são obrigados a pagá-la no caso do plano de saúde.

O banco ofereceu ainda a liberação relativa de valores relativos ao PAMS (Programa de Assistência Médica-Supletiva) a partir de 2027 e R\$ 236 milhões em ações de prevenção à saúde a partir de janeiro de 2027.

Em São Paulo, Osasco e Região, 95% das agências estiveram fechadas nesta segunda, segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Além disso, mais de 700 empregados participaram de um protesto em frente à agência da avenida Paulista, na região central da capital paulista.

COMO PAGAR CONTAS DURANTE A GREVE

A Caixa orienta os clientes a utilizarem os canais digitais e remotos do banco, com destaque para o aplicativo Caixa, que reúne diversos serviços e transações bancárias. Também estão disponíveis o Internet Banking Caixa, o WhatsApp Caixa (0800-1040104) e os aplicativos Caixa Tem, Cartões Caixa, Habitação Caixa, DPVAT e FGTS.

O atendimento telefônico está disponível pelo Alô Caixa, nos números 4004-0104 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-1040104 (demais localidades).

Há ainda os caixas eletrônicos, os correspondentes CAIXA Aqui (CCA) e a rede Banco24Horas. A Caixa também indica as lotéricas para pagamento de contas, por elas não podem ser pagas. (Folhapress)

O Banco Central realizou na manhã da terça-feira (15) duas operações simultâneas de compra e venda de dólares para injetar liquidez no mercado de câmbio.

A autarquia vendeu US\$ 1 bilhão (R\$ 5,2 bilhões) em moeda à vista e 20 mil contratos de swap cambial reverso, no valor de US\$ 1 bilhão, uma operação cujo efeito equivale à compra de dólares no mercado futuro.

As duas operações simultâneas são conhecidas como "casadão" pelos investidores. A venda da moeda coloca mais dólares em negociação no dia. O efeito sobre as cotações do dólar é, em tese, nulo, já que o BC vendeu US\$ 1 bilhão em uma ponta e comprou US\$ 1 bilhão em outra.

O movimento é mais uma intervenção do BC no mercado — as últimas operações deste tipo foram em 27 de agosto e 10 de setembro, também nos valores de US\$ 1 bilhão e

repercutiu o fluxo cambial negativo de agosto e setembro.

Segundo dados da autarquia, divulgados na última quarta-feira (9), o saldo estava negativo em US\$ 6,69 bilhões (R\$ 34,1 bilhões) do começo do mês até a sexta-feira (4).

Em agosto, a saída líquida foi de US\$ 3,9 bilhões (R\$ 19,9 bilhões). No mesmo mês, o saldo de investidores estrangeiros na Bolsa de Valores brasileira ficou negativo em R\$ 18,1 bilhões, o pior mês do ano.

Analistas relacionam a saída de dólares do Brasil à volatilidade eleitoral. Em agosto, quando o fluxo cambial ficou negativo, Lula (PT) aparecia à frente de Flávio Bolsonaro (PL), considerado mais propenso por especialistas do mercado a promover ajustes fiscais. Nas últimas semanas, apesar de o filho do ex-presidente ter crescido nas pesquisas, o

quadro permanece incerto.

Também pesam os temores em relação à trajetória da dívida pública brasileira, à medida que a preocupação com a situação fiscal aumenta a percepção de risco entre investidores, pressiona os juros e reduz a atratividade dos ativos brasileiros.

"As perspectivas para a política econômica continuam incertas, já que quem vencer as eleições de outubro terá de lidar com taxas de juros reais elevadas e com déficit fiscal", afirmou o banco JPMorgan, em relatório, em agosto.

"Os dados mais recentes disponibilizados pelo BC mostram que há uma pesada saída financeira de dólares nas últimas semanas. Por isso, a leitura é que o BC realizou o casadão para proporcionar liquidez ao mercado em um momento de forte demanda por dólares", afirma Leonel Oli-

veira Mattos, analista de inteligência de mercado da StoneX.

Segundo Mattos, o BC intervém quando há disfunções de oferta e demanda, e não para empurrar a cotação do dólar para cima ou para baixo.

O BC tem mecanismos de monitoramento que conseguem antever alguma demanda atípica por dólares, para agir preventivamente e evitar grandes disfunções de mercado.

No leilão à vista, foram aceitas nove propostas, no valor total de US\$ 1 bilhão, com o diferencial de corte de -0,000300. No caso do leilão de swap reverso, foram aceitas quatro propostas no total de 20 mil contratos, no valor de US\$ 1 bilhão, com taxa de corte de 4,9250. A data de início dos contratos é 16 de setembro de 2026 e a de vencimento é 1º de outubro de 2026. (Folhapress)

Governo prevê alta de 25% nos gastos com BPC para pessoas com deficiência em 2027

Os gastos com BPC (Benefício de Prestação Continuada) para pessoas com deficiência devem subir 25,4% em 2027 na comparação com o previsto inicialmente para este ano, segundo a proposta de Orçamento enviada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Isso significa uma despesa de R\$ 83,9 bilhões com a política no ano que vem, extos R\$ 17 bilhões a mais que os R\$ 66,9 bilhões reservados no Orçamento de 2026. Os valores não consideram o BPC para idosos, que deve custar outros R\$ 60,3 bilhões em 2027.

O BPC é um benefício assistencial de um salário mínimo (R\$ 1.621) pago a idosos e a quem tem deficiência, desde que a renda familiar seja de até um quarto do salário mínimo por pessoa (o equivalente a R\$ 405,25). Quando há elevado comprometimento da renda com gastos de saúde, esse limite pode ir a meio salário mínimo (R\$ 810,50).

Nos últimos anos, a concessão do benefício para pessoas com deficiência passou por uma expansão acelerada, o que acendeu alerta no governo. Em 2026, a equipe econômica já precisou revisar os números e reconhecer que a despesa alcançará R\$ 79 bilhões para bancar benefícios a pessoas com deficiência.

Quando comparada com esse valor, a reserva para 2027 cresce apenas 6,2%, o que não cobre nem mesmo o reajuste previsto para o salário mínimo (7,4%). Isso

significa que ou o governo anteveve leve redução no número de beneficiários, ou a despesa pode estar subestimada.

Levantamento feito pela Folha a partir de dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), órgão responsável por operacionalizar os pedidos e as concessões, mostra que dois fatores impulsionam a concessão de benefícios para pessoas com deficiência: decisões judiciais e diagnósticos enquadrados como autismo infantil.

As concessões judiciais saíram de 48,4 mil casos em 2021 para 207,4 mil em 2025, expansão de 328,9%. Elas também passaram a representar uma fatia cada vez maior do total de benefícios implantados para pessoas com deficiência: eram 26,8% em 2021 e subiram a 46,1% no ano passado.

A judicialização do benefício cresceu em momentos de maior demora no atendimento, devido às filas do INSS, mas técnicos do governo também veem uma exploração dessa via para obter benefícios que talvez não fossem concedidos na análise administrativa.

O governo fez um acordo com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para padronizar as avaliações, para considerar não só a existência ou não da doença, mas também se ela impõe limitações — critério já analisado na via administrativa. Mas sua aplicação foi adiada para novembro.

Um integrante do governo ouviu sob reserva afirma que o Judiciário, mesmo com a avaliação padronizada, ainda poderá julgar de forma subjetiva o critério de miserabilidade previsto no programa, o que amplia sua cobertura.

Após a concessão judicial, o autismo infantil é o principal motivo de concessão do BPC para pessoas com deficiência. O número de benefícios implementados sob esse código CID (Classificação Internacional de Doenças) saiu de 15,1 mil em 2021 (8,4% do total) para 78,5 mil em 2024 (com 15,4% de participação).

Em 2025, as concessões caíram a 60 mil, possivelmente influenciadas pelo repasse do BPC devido à suspensão temporária das análises de novos requerimentos. Já neste ano, voltaram a subir: alcançaram 60,7 mil de janeiro a julho, quase superando o ano passado inteiro. A quantidade ainda é 37% maior do que o observado nos sete primeiros meses de 2025.

Os dados mostram quando essas concessões mudaram de patamar. Entre janeiro de 2021 e abril de 2022, a média mensal de novos benefícios para esses casos era de 1.303. Em maio de 2022, as concessões dobraram em relação ao mês anterior — e dobraram mais uma vez em junho, chegando a 5.538. Dali até maio de 2023, a média mensal ficou em 3.819.

A partir de junho de 2023, as concessões para autismo infan-

til subiram de patamar novamente e ficaram numa média mensal de 6.401 até agosto de 2025. A suspensão das análises derrubou os números no fim do ano passado, mas a expansão foi retomada em 2026 — com média mensal de 9.663 desde fevereiro.

Para Liliane Bernardes, especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), diferentes fatores explicam o aumento. Um deles seria a regularização do fluxo de perícias médicas e avaliações sociais em 2021 e 2022, após a pandemia de Covid-19.

Além disso, desde a aprovação da política nacional para pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), em 2012, o conhecimento sobre o tema se disseminou. Houve ampliação do acesso ao diagnóstico e mudanças nos critérios de classificação, que passaram a abarcar um espectro mais amplo de manifestações.

"Aumento significativamente o universo de pessoas identificadas com TEA e, consequentemente, o universo potencial de requerentes do BPC entre as famílias que atendem também ao critério socioeconômico", diz.

Em nota, os ministérios do Desenvolvimento Social, responsável pelo BPC, e da Previdência, que atua nas perícias médicas e avaliações sociais, também veem possível relação com a alta dos diagnósticos.

Bernardes, do Ipea, observa ainda que, em janeiro de 2022, a Caderneta da Criança, do Ministério da Saúde, passou a incluir instrumentos para rastrear sinais de risco para TEA, o que pode ter contribuído para ampliar a identificação de casos e a concessão de benefícios a partir de maio daquele ano. Essa, porém, é uma hipótese ainda a ser investigada.

A especialista do Ipea afirma também que a CID registrada no processo identifica uma condição de saúde, mas não é suficiente para medir o grau de deficiência, as limitações funcionais e as barreiras enfrentadas no dia a dia. Segundo ela, a avaliação desses últimos aspectos é o que deveria nortear a caracterização da deficiência.

"No caso do autismo, isso é relevante porque o espectro abrange pessoas com necessidades de apoio e repercussões funcionais muito diferentes. Por isso, o crescimento das concessões associadas a CID F84.0 [autismo infantil] mostra uma mudança importante na composição do público do BPC, mas isso sozinho não permite concluir se houve mudança no perfil de gravidade ou nas condições de funcionalidade dos novos beneficiários", afirma.

Segundo o Ministério da Previdência, a classificação de nível do autismo (1, 2 ou 3, a depender do grau de suporte demandado para realizar atividades diárias) não constitui critério legal para

concessão do BPC.

"O foco da avaliação não é a doença isoladamente considerada, nem a classificação clínica do transtorno, mas seus impactos reais sobre a funcionalidade da pessoa", diz a pasta. "Assim, pessoas com o mesmo diagnóstico podem receber resultados diferentes na avaliação, porque a funcionalidade e as barreiras enfrentadas podem ser completamente distintas."

Os dados do INSS não permitem visualizar quanto desses benefícios ainda estão ativos até hoje, nem quantos foram cessados (o que pode acontecer por diferentes motivos, como mudanças de renda e evolução no quadro do beneficiário). Mas o aumento das concessões, com reflexo sobre as despesas, tem chamado a atenção.

Em 2024, o Executivo tentou restringir o acesso ao programa para conter despesas, mas a medida não teve apoio do Congresso.

A diretora de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Leticia Bartholo, afirma ser prematuro sugerir mudanças sem diagnóstico mais preciso sobre o fenômeno e diz que o ministério do Desenvolvimento Social solicitou apoio do órgão para avançar nessas análises. Um dos trabalhos em andamento busca medir o potencial de cobertura do BPC para pessoas com deficiência. As primeiras conclusões mostram que o tamanho do público está em acordo com as regras, embora haja disparidades regionais. (Folhapress)

PND 2026: participantes farão prova neste domingo em todo o país

A Prova Nacional Docente (PND) 2026 será aplicada na tarde do próximo domingo (20) em mais de 800 municípios de todas as unidades da federação mais o Distrito Federal. Todas as localidades estão listadas no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os portões serão abertos ao meio-dia, no horário de Brasília, e fechados às 13 horas.

A prova terá duração total de cinco horas e trinta, com início marcado para 13h30 e encerramento às 19h.

Participam do chamado de Enem dos Professores os concluintes de cursos de licenciatura no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2026, inscritos pelos coordenadores dos cursos, bem como, aqueles graduados interessados em ingressar na carreira docente da educação básica pública.

A prova auxilia na promoção

da realização de concursos públicos ou outros processos seletivos por redes públicas de ensino para a contratação de docentes. Os resultados podem ser usados pela União, estados, Distrito Federal e municípios como mecanismo único ou complementar de seleção dos profissionais.

Cartão de Confirmação da Inscrição

Os candidatos devem consultar o local de aplicação da prova. As informações estão no Cartão de Confirmação da Inscrição, disponível na Página do Participante dentro do site do Sistema PND do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além do endereço do local de prova, o documento inclui informações referentes à inscrição e à aplicação, como data e horário, além de dados relacionados ao atendimento especializado e ao tratamento pelo nome social,

quando solicitados e aprovados pelo Inep.

É recomendado que o participante leve o Cartão de Confirmação da Inscrição impresso no dia de aplicação da prova.

O que levar

Para a participação, é obrigatória a apresentação de documento de identificação oficial e original com foto, emitido por órgãos brasileiros, ou de passaporte, em caso de participante estrangeiro.

Os candidatos da PND 2026 devem levar uma caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente para transcrever as respostas das questões no respectivo cartão-resposta e para responder a questão discursiva.

Antes de entrar na sala de prova, os inscritos devem guardar, em um envelope porta-objetos lacrado e identificado, o telefone celular e quaisquer ou-

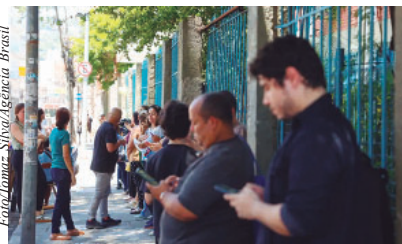


Foto: Damar Silveira/Agência Brasil

tros equipamentos eletrônicos desligados, a declaração de comparecimento impressa, o Cartão de Confirmação da Inscrição, além de outros pertences não permitidos.

Este envelope somente poderá ser aberto após a saída definitiva do local de prova.

Provas

A avaliação da PND é com-

posta por duas partes. A parte de Formação Geral Docente conta com 30 questões objetivas e uma questão discursiva, que avaliará clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, vocabulário e gramática adequados à norma-padrão da língua portuguesa.

A segunda parte é a de Componente Específico, com 50 questões de múltipla escolha voltadas

à resolução de situações-problema e de estudos de caso da área de formação do participante.

Em relação à primeira edição, a ampliação de áreas da PND em 2026 incluiu as licenciaturas em: teatro, dança, ciências naturais e letras e espanhol. Por isso, no domingo, serão avaliadas, ao todo, 21 áreas de licenciatura.

A Prova Nacional Docente, além de estimular a realização de concursos públicos nas redes públicas de ensino, tem os objetivos de melhorar a qualidade dos processos seletivos para professores, e, também, induzir o aumento de professores qualificados no magistério público.

A iniciativa federal voltada aos licenciados integra o programa Mais Professores para o Brasil que reúne ações integradas para promover a valorização e a qualificação do magistério da educação básica e o incentivo à docência no Brasil. (Agência Brasil)

Saúde

SUS amplia cobertura da vacina Pneu20 para maiores de 85 anos



Foto: Mariana Pinheiro/IBR

Idosos com 85 anos ou mais já podem se vacinar com a pneumocócica 20 pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O imunizante começou a ser distribuído este mês pelo Ministério da Saúde e a meta é vacinar pelo menos 90% do público alvo.

A pneumocócica 20-valente conjugada (pneu20) protege contra 20 sorotipos da bactéria *Streptococcus pneumoniae*, causadora de infecções como pneumonia e meningite. Essas infecções costumam ser mais graves em pessoas idosas, por causa do processo natural de envelhecimento do sistema imunológico.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2025, a taxa de hos-

pitalizações por pneumonia em pessoas com mais de 80 anos foi de 2.902,7 por 100 mil. A taxa de mortalidade foi de 743,1 por 100 mil.

Vacinação em crianças

Em junho deste ano, o SUS já havia incorporado a pneumonia 20 no Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 5 anos. Desde então, mais de 1 milhão de crianças foram imunizadas.

Serviço

Para vacinar é preciso levar documento de identidade que comprove a idade. Não é necessária prescrição médica. (Agência Brasil)

Cirurgias eletivas pelo SUS passam de 7,5 milhões no primeiro semestre



Foto: Damar Silveira/IBR

O Sistema Único de Saúde (SUS) registrou mais de 7,5 milhões de cirurgias eletivas realizadas no primeiro semestre deste ano. O número representa um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram, segundo o governo federal, 608 mil procedimentos a mais.

"O resultado mantém a trajetória de crescimento registrada nos últimos anos e ocorre após o país alcançar, em 2025, 14,9 milhões de cirurgias eletivas", afirmou o governo federal, em nota.

O aumento no número de cirurgias foi registrado em 20 estados. Os maiores crescimentos foram vistos no Distrito Federal (31%), Sergipe (25%), Paraíba (23%), Bahia (20%) e Ceará (20%). Também apresentaram altas relevantes Amapá (18%),

Alagoas (15%), Piauí (15%), Roraima (14%), Minas Gerais (13%), Goiás (12%), Rio de Janeiro (11%) e Rio Grande do Sul (11%).

Parte dos procedimentos foram realizados no âmbito do programa Agora Tem Especialistas, representando 2,92 milhões de cirurgias entre janeiro e junho de 2026. O programa tem como objetivo reduzir o tempo de espera por atendimentos de média e alta complexidade no SUS, por meio de ampliação de mutirões assistenciais, utilização de unidades móveis de saúde (carretas), aquisição de transporte sanitário e fortalecimento da Telessaúde.

A projeção do Ministério da Saúde é de que o SUS ultrapasse o número de 15 milhões de cirurgias eletivas em 2026, acima dos 14,9 milhões registrados em 2025. (Agência Brasil)

CPTM vai ressarcir Trivia Trens em R\$ 24,4 mi durante gestão de linhas após pane

A CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) vai ressarcir a concessionária Trivia Trens em cerca de R\$ 24,4 milhões pelos 90 dias em que a estatal paulista está responsável pela gestão das linhas 11-coral, 12-safira e 13-jade do trem metropolitano.

Em 23 de julho, uma falha no fornecimento de energia elétrica e um incêndio em um trem paralisaram as três linhas. Passageiros, que entraram em desespero, tiveram de sair da composição e caminhar pelos trilhos.

Os problemas fizeram o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) devolver a gestão das linhas por ao menos 90 dias para a CPTM. A decisão foi tomada dois dias após os ramais começaram a ser administrados pela concessionária Trivia Trens.

O extrato de aditamento, publicado na última sexta-feira (11), informa que o pagamento é a partir de 24 de julho, quando a CPTM retomou a gestão dos três ramais.

Segundo a companhia estatal, o valor é para ressarcimento de serviços contratados pela concessionária, como manutenção de elevadores e escadas rolantes, limpeza e outros custos operacionais das estações, que estão sendo utilizados pela CPTM desde a retomada da operação das linhas, em 24 de julho.

"Os valores não correspondem à remuneração da Trivia pela operação das linhas durante o

período em que o serviço está sob responsabilidade da CPTM. O aditivo apenas prorroga a vigência do convênio", diz a empresa pública, em nota.

A concessionária Trivia Trens assumiu o controle das três linhas em 21 de julho sob supervisão da CPTM.

O leilão que definiu a concessão ocorreu em março de 2025 e foi vencido pelo grupo Comport Participações, criado por Nenê Constantino, da família fundadora da companhia aérea Gol.

A Trivia é a holding do grupo empresarial voltada ao setor de transporte, principalmente rodoviário. Os investimentos previstos nas linhas 11, 12 e 13 são de R\$ 14,3 bilhões. A concessão prevê a construção de estações e extensões das linhas. Pelo contrato, a Trivia também ficará responsável pela manutenção das 92 composições e 7 outros 15 trens serão incorporados à frota de forma gradual.

No dia da pane nas três linhas, Tarcísio ameaçou decretar caducidade da concessão se a Trivia Trens não cumprir o contrato. "Acho que a empresa precisa se preparar melhor para assumir esse encargo, esse ônus", disse o governador.

Em 28 de julho, o Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito civil para apurar as falhas.

A portaria que autorizou a abertura de inquérito foi assinada pela promotora Patrícia de Carvalho Leitão, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor



Foto: Rômulo Rosal/IBR

da Capital.

O inquérito tem prazo de um ano para ser concluído, podendo ser renovado por mais um.

Ele foi aberto após o Ministério Público ter sido acionado por três pessoas: um usuário da linha 11-coral, a deputada federal Erika Hilton (PSOL) e a ativista de direitos humanos Sofia Favero.

"Segundo consta, desde a assinatura da operação pela concessionária Trivia Trens S.A., em 21/07/2026, foram registradas mais de sete falhas operacionais graves em apenas três dias de gestão, com risco ao bem-estar, à integridade física e psicológica dos usuários", diz parte do trecho da portaria. O documento faz uma cronologia dos problemas.

No mês passado, trabalhadores da CPTM entraram em greve devido à concessão das linhas. Em resposta, Tarcísio enviou para a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) um projeto de lei que garantiu o remanejamento

dos ferroviários dos três ramais.

A falha em um trem por volta das 5h40 provocou uma ocorrência elétrica entre as estações Taquape e Brás envolvendo a linha 12, segundo a empresa. A circulação foi interrompida e os passageiros precisaram andar pelos trilhos até chegar às estações.

Uma apuração técnica foi iniciada na época para descobrir o que causou a falha. O resultado da investigação não foi informado.

Em nota no dia do caos no transporte, a Trivia Trens disse que a subestação envolvida no problema e que alimenta a linha 12 foi desligada por segurança. As linhas 11 e 13 também foram interrompidas até a resolução do problema, à tarde.

"A prioridade desde o primeiro momento foi a segurança das pessoas e a rápida mobilização de equipes para o restabelecimento da operação no menor tempo possível", afirmou a concessionária. (Folhapress)

Número de lares com idosos em insegurança alimentar cai em dois anos

Um levantamento feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que o número de domicílios com pessoas com mais de 60 anos em insegurança alimentar caiu no país entre 2023 e 2024, últimos anos com informações consolidadas.

A queda foi de 300 mil lares, passando de 5,9 milhões em 2023 para 5,6 milhões em 2024. Entre as categorias possíveis - insuficiência alimentar grave, moderada e leve, segundo a Escala Brasileira de Insegurança Ali-

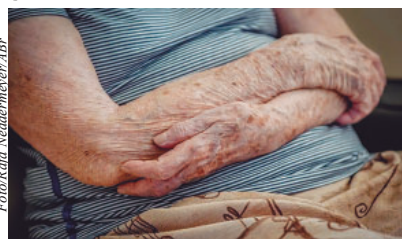


Foto: Ródi Nadermeier/IBR

mentar (EBIA) - o grupo em situação grave foi o que mais reduziu, passando de 894 mil para 744 mil lares.

"A redução na insegurança alimentar grave nos domicílios com brasileiros 60+ é uma notícia importante. Os dados nos aler-

tam que o desafio estrutural permanece, mostra onde as políticas públicas e as decisões estratégicas precisam focar com urgência", aponta Marcelo Tokarski, CEO da consultoria Nexus, que realizou o estudo.

O nível de insegurança moderada teve queda, passando de 1,2 milhão para 1,1 milhão. O número de lares com vulnerabilidade social e privação de comida leves se manteve em cerca de 3,7 milhões. Na soma, 21,8% de todas as moradias com idosos no país tem algum grau de vulnerabilidade com impacto na alimentação. (Agência Brasil)

Rosewood São Paulo é o 6º melhor hotel do mundo no ranking 50 Best

Na terça-feira (15), o hotel Rosewood São Paulo foi eleito o sexto melhor hotel do mundo pelo ranking 50 Best - além de ser o sul-americano mais bem posicionado na lista. A cerimônia aconteceu no hotel Les Salles du Carrousel, em Paris, na França.

Os outros hotéis brasileiros que costumam aparecer no ranking perderam posições. Ambos da Belmond, o carioca Copacabana Palace ficou em 29º (era o 11º no ano passado), e o Hotel das Cataratas ficou em 77º (antes, era o 76º).

Essa é o quarto ano em que a

lista, que tradicionalmente elege os melhores bares e restaurantes ao redor do mundo, faz um ranking de hospedagens. No começo do mês, a lista que vai do 100º ao 51º foi divulgada, e inclui apenas um brasileiro, o Hotel das Cataratas, em 77ª lugar - uma posição atrás do que o hotel,

que também recebeu três chaves do Guia Michelin, conseguiu em 2025.

Os eleitos pelo 50 Best Hotels são escolhidos por 800 experts anônimos, entre jornalistas, hoteliers e viajantes experientes, distribuídos em nove regiões do mundo. (Folhapress)